

FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO E SEU VIÉS VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Gabrielle de Jesus Santos¹

Maria Cecilia Martínez Amaro Freitas²

Resumo

Visto que as mudanças na sociedade ocorrem diariamente, na educação não seria diferente, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre os diferentes formatos educacionais e a importância de contemplar, ainda na formação inicial, áreas de atuação além das escolares. Busca-se compreender se a formação inicial do pedagogo contempla as especificidades da educação não formal para que ele possa atuar nessa área. Inicialmente caracterizando as áreas de atuação do pedagogo e seus espaços formais, informais e não formais, em seguida, apresentando as especificidades que o curso de Pedagogia precisa apresentar para preparar o licenciando a atuar em espaços não formais de educação. Outra vertente é se, na UniEVANGÉLICA, o curso de Pedagogia contempla em sua matriz curricular a educação não formal. A pesquisa foi realizada através de estudo bibliográfico e documental, conduzindo à compreensão de que para o pedagogo atuar nas diversas áreas que lhe são cabíveis, é necessário que as Instituições de Ensino Superior contemplem tais disciplinas em suas diretrizes, facilitando na introdução de pedagogos em espaços além dos escolares.

Palavras-chave: Pedagogo. Educação formal. Educação Informal. Educação não formal.

INTRODUÇÃO

Considerando os diferentes formatos educacionais, onde ocorrem os processos de ensino e aprendizagem, esta pesquisa busca caracterizar e analisar os espaços de atuação do pedagogo em diferentes modalidades de ensino, bem como refletir a cerca da importância das Instituições de Ensino Superior apresentar aos educandos diferentes possibilidades de atuação, destacando sua relevância em cada uma delas.

Visto que a educação é um processo amplo e abrangente, Bruno (2014), discorre que para contornar a hegemonia da forma escolar, se fez necessário a adição de

¹ Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA; 2020-2

² Mestre em Linguística Aplicada. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

diferentes modalidades educativas, referidas como educação formal, informal e não formal.

Gonh (2014, p.40) considera importante que destingue e demarque a diferença entre estes termos, “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – ocorrendo em espaços da família, bairro, rua, cidade”.

Já a educação não formal, para Gonh (2014, p.40)

É aquela que se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. Nossa concepção de educação não formal articula-se ao campo da educação cidadã – a qual no contexto escolar pressupõe a democratização da gestão e do acesso à escola, assim como a democratização do conhecimento. Na educação não formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s).

A atuação de um pedagogo nesses espaços é de grande importância, pois este se preocupa com a formação humana, tendo conhecimentos em campos sociais, educacionais e políticos, com vistas a uma educação transformadora.

Perante o exposto, é possível destacar a importância em tratar do papel do Pedagogo em todos esses campos de ensino e aprendizagem, uma vez que sua participação é fundamental. E para que sua atuação seja possível, é necessário que desde o curso de licenciatura em pedagogia, os acadêmicos tenham contato com essa diversidade de áreas que poderão atuar

O presente trabalho busca compreender as especificidades que o curso de Pedagogia precisa apresentar para preparar o educando a atuar em espaços não formais de ensino, e mais especificamente se o curso de Pedagogia do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA, contempla em suas diretrizes esses conteúdos.

Almeja também a compreensão e entendimento do assunto por meio de estudos realizados por autores especialistas, reafirmando a multiplicidade de áreas de atuação do pedagogo e sua importância em cada uma delas. O referente artigo foi realizado através de pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) da UniEVANGÉLICA.

1. Áreas de atuação do Pedagogo

Quando se pensa na área de atuação do pedagogo, logo remete-se à sala de aula da pré-escola e dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Essa visão mostra de forma limitada a abrangência de ação desse profissional, uma vez que o pedagogo poderá atuar em diversos campos da educação, assim como afirma Libâneo (2001, p.11)

O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

Como Cagliari (2019) afirma, as práticas educativas do pedagogo são diversas, entre elas destaca o ensino em escolas públicas e privadas, administração escolar, educação especial, orientação educacional e pedagogia empresarial.

Entende-se que a educação, como Bruno (2014, p. 12) explicita, constituiu-se como um processo amplo e abrangente, e para contornar a hegemonia escolar, se fez necessário equacionar diferentes modalidades educativas, ditas como educação formal, infomal e não formal.

A educação formal, segundo Cascais e Terán (2014, p. 3), é metodicamente organizada, segue um currículo, divide-se em disciplinas, níveis de conhecimento, idade, regras e está regulamentada em lei. Temos como exemplo, as escolas e universidades, em que se segue uma padronização no ensino, o planejamento é feito com base em um currículo, possuem disciplinas e níveis de conhecimento diferenciados, consiste uma formação com pretensão de diploma.

Para Gohn, (2010, p.18), a educação informal compreende-se como um processo permanente e não organizado, tendo como objetivos a socialização e o desenvolvimento de hábitos e atitudes nos indivíduos, através de laços culturais com a família e amigos. Para Biesdorf (2011, p.3), “A família é a principal instituição responsável pela educação informal, através da qual são ensinados os costumes humanos como falar, andar, comer, religião e cultura”.

Entende-se a educação não formal sendo aquela que ocorre através de trocas de experiências, promovida em espaços coletivos, proporcionando uma aprendizagem de

conteúdos formais em ambientes como museus, teatros, centros de ciências, entre outros espaços que se tem um direcionamento, um objetivo por trás de cada ação, assim como exemplifica Vieira; Bianconi e Dias (2005).

A educação em espaços não formais busca promover um aprendizado de uma forma mais descontraída, levando o estudante a ter um contato direto com o objeto de estudo, o aprendizado não se atém apenas na teoria, o participante vivencia e compartilha em grupo suas experiências e aprendizados.

Para Gohn (2006), a educação não formal designa um processo com várias dimensões que capacitam os indivíduos a pensar politicamente, percebendo a realidade e problemas a sua volta, e assim trabalhar em equipe para solucionar dificuldades coletivas cotidianas, e também se atentarem aos meios digitais para buscar informações de qualidade.

A educação não formal traz uma contribuição significativa e importante à população, promovendo uma capacitação de como exercer um papel de cidadão mais consciente e reflexivo perante a sociedade, além de desenvolver diversas potencialidades. (GOHN, 2006)

Segundo Lopes et al (2017, p.7210)

Os estudos nos mostram que espaços fora do ambiente escolar, podem proporcionar recursos pedagógicos complementares. Essas diferentes formas de ensino possuem métodos didáticos diferentes do habitual escolar, produzem arte, experimentos, desfrutam de diferentes projetos e atividades esportivas. São oferecidos e disponibilizados um espaço para que a criança e o adolescente, possam aprender e expressar os novos conhecimentos adquiridos por meio de uma nova linguagem.

A educação fora do ambiente escolar é uma complementação que possibilita a socialização entre crianças, jovens e adultos da própria comunidade; é um espaço para adquirir novos conhecimentos, o que favorece o desenvolvimento de novos hábitos, atitudes, modos de pensar e se comportar dentro da sociedade.

Vieira et al, (2005, p.4), observam que a educação em espaços não formais contribui positivamente para aquisição de conhecimento, uma vez que

Os alunos comentam sempre que, quando observados, os conteúdos são melhor assimilados, e que o convívio social, tanto com seus colegas quanto com seus professores, torna-os mais estimulados. Os professores também concordam que a educação não-formal é positiva para o processo de aprendizagem. (VIEIRA et al, 2005, p.4)

São notáveis os benefícios que o ensino não formal pode trazer aos indivíduos que dele participam, sendo de forma lúdica e prazerosa, o que pode despertar maior interesse e participação dos envolvidos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do ensino.

Nesse sentido, ressalta-se que o papel do pedagogo em qualquer desses três espaços é de extrema importância, tendo como objetivo a formação integral do ser humano em qualquer que seja sua área de atuação, e para que este profissional esteja preparado para cumprir da melhor forma suas funções, é necessário maior valorização e investimento em sua capacitação, pois precisa ir além da formação inicial para estar o mais apto possível para lidar com tamanha amplitude que representa a educação.

2. O curso de Pedagogia voltado para a prática em espaços de educação não formal

A ampliação do trabalho do pedagogo em diferentes espaços não se deu por acaso, é fruto de lutas e discussões no político e educacional. Freitas (2002) corrobora essa informação, explicitando que a década de 1980 foi marcado por debates acerca da formação de profissionais da educação, convergindo em uma ruptura no pensamento tecnicista que predominava a área até então. Freitas (2002), destaca o movimento no âmbito da educação, a respeito da formação do educador, percebendo a necessidade de um profissional crítico, que tenha consciência da realidade, e possa transformar o espaço escolar, e conseqüentemente a sociedade. Concepção emancipatória que buscou diferenciar os professores e especialistas, pedagogia e licenciatura, especialistas e generalistas.

Entretanto, mesmo representando um papel importante da luta pela educação, tais debates não contribuíram efetivamente a respeito da formação do profissional de Pedagogia, como destaca Libâneo (1996), citado por Lucindo e Ribeiro (2019, p.112), “O debate sobre os cursos de Pedagogia e Licenciatura iniciados nos anos 80, apesar de representar um importante papel na luta pela valorização do profissional da educação, pouco contribuiu com a problemática epistemológica da Pedagogia”.

Aguiar et al (2006, p.824) discorrem sobre o movimento pela construção das diretrizes de formação:

O movimento de discussão e elaboração das diretrizes da pedagogia tem um marco importante em 1998, quando a Comissão de Especialistas de pedagogia, instituída para elaborar as diretrizes do curso, desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo as coordenações de curso e as entidades – ANFOPE, FORUMDIR, ANPAE, ANPED, CEDES, Executiva Nacional dos Estudantes de pedagogia. O resultado desse processo foi a elaboração do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999, após uma grande pressão de todos esses segmentos junto à SESU e à Secretaria de Ensino Fundamental, do Ministério da Educação, que resistiam em enviá-las ao CNE, na tentativa de construir as diretrizes para o curso normal superior, criado pela LDB e prestes a ser regulamentado.

Lucindo e Ribeiro (2019, p.107), ainda destacam que só após intensos debates, no ano de 2006, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Pedagogia licenciatura, e desde então passou a ser regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de educação (CNE), nº 01/2006 que estabelece que o pedagogo possa “trabalhar, em espaços escolares e não escolares na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo”.

Saviani (2007, p.126-127) cita como a Resolução do CNE estruturou o modo de organizar o curso de Pedagogia:

Sobre o modo de organizar a estrutura do curso a Resolução prevê, no artigo 6º, três núcleos: 1. Estudos básicos; 2. Aprofundamento e diversificação de estudos; 3. Estudos integradores para enriquecimento curricular. Nos três casos apresenta-se uma lista de tarefas e um conjunto de exortações, mais do que a especificação dos componentes curriculares que integrariam os referidos núcleos. Em meio à profusão das tarefas e exortações faz-se menção ao “estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente”; em seguida, faz-se referência à “decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física”.

Crespi e Nóbile (2018, p.327), ainda destacam que em relação a estipulação de tais núcleos, a legislação buscou delimitar minimamente uma formação docente para todos os cursos no País, evidenciando que a teoria deverá estar atrelada a prática docente. “Prática esta que deverá estar presente em todo decorrer da graduação, materializando-se através de estágios, monitorias, atividades de expressão oral, seminários, participações em eventos da área e em programas de produção científica”.

Mesmo mediante alguma estruturação a Resolução não definiu claramente quais disciplinas os cursos de Pedagogia deveriam abordar, e assim como destaca Saviani (2007), as instituições de ensino continuaram tendo dificuldades quanto ao modo de organização do curso e sobre as diretrizes a serem seguidas, “Pois não é fácil identificar na Resolução do CNE uma orientação que assegure um substrato comum em âmbito nacional a dar um mínimo de unidade ao referido curso”. (SAVIANI, 2007, p.127)

Lucindo e Ribeiro (2019), em seu artigo apresentam resultados de uma pesquisa a respeito da formação de professores, em que teve 145 participantes, todos alunos do curso de Pedagogia. Foi lhes apresentado um questionário para indicar quais áreas e funções um pedagogo poderia atuar, abaixo as indicações feitas pelos estudantes:

Administração/Gestão; Aeronáutica; Anos iniciais do Ensino Fundamental; Área Ambiental; Asilos; Autônomo/Consultor; Coordenação pedagógica; Creches/Educação Infantil; Editoras; Educação Especial/Inclusiva; Educação de Jovens e Adultos; Escolas; Escolas do Campo; Escolas Indígenas; Espaços formais e não formais de educação; Espaços não escolares; Extensão; Fabricação de brinquedos pedagógicos; Fábricas e Indústrias; Igrejas; Inspeção Escolar; Jardins Botânicos; Museus; Organização Não Governamental (ONG); Órgãos de Trânsito; Orientação Educacional; Parques; Patrimônio Histórico; Pedagogia Empresarial; Pedagogia Hospitalar; Pesquisa; Presídios/Penitenciárias; Polícia; Psicopedagogia; Recursos Humanos; Sala de aula/docência; Secretarias de Educação; Sindicatos; Área Social; Supervisão; Terceiro Setor; Turismo; Universidades. (LUCINDO; RIBEIRO, 2019, p.116)

Mesmo à docência sendo apresentada como base da formação do pedagogo, é possível notar nos dados coletados a multiplicidade de áreas em que o pedagogo poderá atuar, não se restringindo mais apenas a sala de aula em espaços escolares, o trabalho pedagógico pode ser desenvolvido em qualquer espaço que tenha uma intencionalidade em suas ações.

Para Franco; Libâneo e Pimenta (2007), o único curso de graduação que constitui especificidades de construção de análise crítica e que contextualiza a educação e o ensino como um hábito social, é o curso de Pedagogia, que deve formar o profissional com base em estudos teóricos, científicos, éticos e técnicos. Os autores ainda destacam que:

O currículo de formação do pedagogo deve assegurar a formação em pesquisa e o exercício de atividades educativas nas escolas e em espaços não escolares, tais como: sistemas escolares e escolas, incluindo universidades e instituições de ensino superior; movimentos sociais, organizações comunitárias; mídias, incluindo o campo editorial, vídeos, e outras tecnologias; áreas da saúde (projetos de prevenção, difusão científica para fins educativos etc.); empresas;

sindicatos; instituições culturais, de lazer, de turismo para diversas faixas etárias, entre outros. (FRANCO; LIBÂNIO; PIMENTA, 2007, p.12)

Como apontado, é necessário que sejam ofertadas disciplinas que contemplem estudos teóricos acerca da educação não escolar. Sá (2000) citado por Nascimento et al (2010, p. 63), destaca a função das Universidades em preparar o pedagogo para atuar em diferentes espaços educativos devido as transformações contemporâneas na sociedade, ligadas ao processo de globalização. É preciso que as Instituições de Ensino Superior (IES), passe a formar pedagogos para atuarem com competência em diferentes cenários criados nas e pelas relações sociais.

Em outro questionário realizado por Lucindo e Ribeiro (2019. p. 121), foram elencadas uma série de disciplinas relacionadas a formação para atuação em espaços não escolares:

Aprofundamento em espaços não escolares; Artes; Atividades complementares e de enriquecimento curricular; Atuação do pedagogo nos espaços não escolares; Ciências da Natureza; Comportamento Organizacional; Coordenação; Cursos de enriquecimento curricular e curta duração; Didática; Disciplinas que tratam do Educador Social; Educação Ambiental; Educação no espaço não escolar; Educação de Jovens e Adultos; Ênfase em Ensino Religioso; Estágio obrigatório em espaço não escolar; Estatística; Formação em áreas para a gestão, pesquisa e projetos educacionais; Gestão; Gestão de Espaços não escolares; Gestão de Pessoas; Gestão do Conhecimento; Gestão e Planejamento de Projetos; Gestão Educacional; História da Educação; Inspeção; Intervenção Pedagógica em espaços não escolares; Laboratório de Práticas e Pesquisas; Libras; Língua Portuguesa; Necessidades Especiais; Pedagogia e identidades; Pedagogia e sua Multidimensionalidade; Pedagogia Hospitalar; Pedagogia Social; Pesquisa; Política Educacional; Práticas Pedagógicas em Espaços não Escolares; Projetos Educacionais; Psicopedagogia; Seminários Temáticos; Sociologia; Tecnologias Educacionais.

Os autores justificam o quantitativo das respostas pelo fato de ser alunos de diferentes instituições de ensino, o que ocasiona uma diferenciação na matriz curricular e também alguns dos conteúdos citados não tem relação direta com espaços não escolares, mas para os entrevistados, colaboram para a compreensão de contextos não escolares.

A respeito da formação do currículo do curso de pedagogia, Crespi e Nóbile (2018), afirmam que até o momento, essa questão não foi tratada com profundidade, e que a Resolução de 01/2006, que institui as DCN, determina apenas três núcleos que devem ser pautados desde o começo da graduação. “As legislações, pareceres e resoluções promulgadas até o momento, parecem vagas quanto a definição de uma matriz curricular

básica a ser ofertada no curso de Pedagogia, deixando indefinidos os conteúdos para a formação deste profissional”. (CRESPI; NÓBILE, 2018, p. 334)

Devido a indeterminação de conteúdos por parte das DCN, acaba ficando a critério das IES à estruturação curricular das disciplinas do curso de Pedagogia, gerando diferenças em relação aos conteúdos e disciplinas ofertadas. (CRESPI; NÓBILE, 2018).

Com base nas informações obtidas pelos autores supracitados, fica evidenciado a tamanha dimensão de espaços em que Pedagogos poderão atuar após formados, indo muito além dos muros escolares, e para que isso se torne possível é importante que desde a sua formação nas IES, tenham disciplinas que contemplem a educação não formal.

Porém como não temos um base curricular em que todas instituições devem seguir, assim como destaca Lucindo e Ribeiro (2019, p.113):

As próprias Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia (DCN) instituídas por meio da Resolução CNE nº 1/2006, ancoradas numa visão que denota a distância entre os fundamentos legais e os fundamentos teóricos do curso de Pedagogia, surgem como definidoras, por assim dizer, de um curso centrado na formação docente. Dessa forma, apesar de mencionar que o pedagogo é um profissional que pode atuar em espaços não escolares, ao que parece, não deu “espaço” para que suas orientações legais impactassem de forma direta para que as universidades se abrissem para a elaboração de um currículo para o curso de Pedagogia, que oferecesse subsídios concretos para a formação de um pedagogo capaz de atuar com qualidade para além dos muros da escola.

Portanto fica a critério de cada IES sua estruturação curricular, e acaba que alguns alunos podem sair prejudicados, por não receber todas as informações necessárias para sua formação, pois não temos uma garantia que determinado aluno tem conhecimento a respeito de todas as suas possibilidades de atuação para posteriormente continuar se especializando, caso se interesse por determinada área. Desta forma, fica evidente que tamanha autonomia por parte das universidades e IES, não é benéfico para os alunos que podem acabar lesados por não tratarem de assuntos importantes para sua formação.

3. O curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA ante a educação não formal

Ao voltar o olhar ao currículo de licenciatura em Pedagogia da UniEVANGÉLICA, percebe-se que a instituição se compromete com a universalização do acesso ao

conhecimento científico, técnico, ético e cultural. Visando o desenvolvimento de competências e habilidades para que o educando possa atuar em campos profissionais específicos e promove a aquisição de conhecimentos por meio de diferentes níveis de pesquisa e extensão, buscando a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável, assim como está presente no Projeto pedagógico Curricular (PPC) da Instituição.

Severino (2002), destaca que o papel da educação deve ser contínuo, sempre atento ao contexto histórico, pois é um compromisso ético e político. Pois a desigualdade, forças de dominação, opressão e alienação estão presentes nas estruturas sociais, e por essa razão o educador não deve se limitar a uma qualificação puramente técnica, precisa ser política para que a educação e cultura se tornem inerentemente éticas.

Tais apontamentos, feitos por Severino (2002), vem a encontro com a justificativa do curso, que destina a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. E a justificativa da IES, pela inserção do curso, é devido as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, que afetam a sociedade e demandam de diferentes contextos educacionais, entendendo que a ação educativa é uma escolarização formal e não formal e necessita de um profissional que compreenda o atual contexto da sociedade. (UniEVANGÉLICA, 2019)

Conforme apresentado no Projeto Pedagógico Curricular, a organização do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA se fundamenta em diversos instrumentos normativos:

Lei Nº 9394/96 – LDBN; Parecer CNE/CP Nj 5/2005, de 13 de dezembro de 2005; Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de pedagogia; Decreto nº 5.626/2006, que estabelece as políticas sobre a disciplina de LIBRAS; Resolução CNE/CP 01, de 17 de junho de 2004, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena; Decreto 4.281 de 25/06/2002, que estabelece as Políticas de Educação Ambiental; Resolução Nº 2, de 15/06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Resolução Nº 1, de 30/05/2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Parecer Nº 8/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Resolução CNE/CES 03/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências; Diretrizes Institucionais: PDI e Regimento geral. (UniEVANGÉLICA,2019, p.21)

Em conseqüente, as atividades docentes que compreendem a participação na organização e gestão de sistemas presentes no PPC, são: planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da educação; planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional em contextos escolares e não escolares. (UniEVANGÉLICA, 2019)

A IES ainda dispõe de atividades e projetos de extensão desenvolvidos pela Instituição com participação do curso que contemplam experiências de contato com contexto não formal, em que são oferecidas oficinas pedagógicas a pessoas da comunidade; atividades extracurriculares que promovem o intercâmbio e a cooperação com escolas de ensino fundamental, ONGs, instituições sociais e de saúde.

Barreto e Couto (2016, p.32), destacam a importância desses projetos, devido a necessidade de profissionais que consigam enfrentar as diversas demandas profissionais da atualidade:

Os programas sociais de medicina preventiva, informação sanitária, orientação sexual, recreação, cultivo do corpo, assim como práticas pedagógicas em presídios, hospitais, projetos culturais são ampliados. As empresas estão cada vez mais reconhecendo a importância de uma formação geral como requisito para enfrentar as necessidades intelectuais nos processos de produção. A pedagogia estará inserida onde houver necessidade de práticas educativas afim do desenvolvimento social, cultural, econômico e educacional.

Na UniEVANGÉLICA temos como exemplo: Projeto UniEVANGÉLICA Cidadã, promovido pela mantedora anualmente, em que o curso de Pedagogia, por meio dos professores e acadêmicos, oferece oficinas pedagógicas a pessoas da comunidade, e também o Projeto UniCIDADÃ Itinerante, que são projetos e/ou programas dentro das atividades extracurriculares do curso, que promove a articulação entre escolas, ONGs, instituições sociais e de saúde do município de Anápolis e municípios vizinhos. (UniEVANGÉLICA, 2019)

Na integralização de estudos consta que será efetivado por meio de atividades teóricas, seminários, práticas de docência e gestão educacional e o Estágio Supervisionado que será realizado ao longo do curso e assegura que o licenciando terá experiências profissionais, em ambientes escolares e não escolares, a seguir a áreas do estágio: na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente;

na participação em atividades de gestão de processos educativos e na educação profissional da área de serviços e de apoio escolar. (UniEVANGÉLICA, 2019)

Com base em análises feitas no Projeto Pedagógico da UniEVANGÉLICA, fica claro a preocupação da Instituição tanto na sua justificativa em que entende que ação educativa ocorre em espaços formais e não formais, e é um direito de todos, como também nos seus objetivos gerais e específicos, em que afirma que o curso se destina a formação de professores para exercer funções de magistério e também quaisquer áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Assim como citado acima, a instituição dispõe de diversos projetos e programas de extensão que corroboram com o ensino em espaços não escolares, porém, não são atividades obrigatórias, o que não garante o contato e experiência desses alunos com o não formal, pois a prioridade de atividades em campo, são os estágios obrigatórios, em espaços escolares.

Martins, (2012, p.9), destaca que as atividades de extensão devem estar ligadas diretamente com ensino teórico, para que assim seja possível fazer assimilação entre teoria e prática:

Consideramos que o saber científico em sua máxima abrangência – as formas mais elaboradas de conhecimento – devam ser exigências nucleares em todas as ações pedagógicas, e deste ponto de vista, as aprendizagens não podem estar circunscritas e subordinadas às ações dos alunos a partir da realidade imediata, apreendida quer pela pesquisa quer pela extensão. Se por um lado o conhecimento não pode ser identificado apenas como um recurso cognitivo para a solução de problemas concretos e imediatos apresentados pelo contexto, por outro, a imersão, a captação da realidade por si mesma não assegura o seu real conhecimento, dado que exige a construção da inteligibilidade sobre realidade captada, isto é, a realidade precisa ser conhecida e explicada. Apenas assim, pelas mediações filosóficas e teórico-práticas, é que a percepção empírica da realidade pode estar a serviço de sua real transformação.

A fala da autora nos faz refletir que, para que essas atividades de extensão proporcionem efetivamente um conhecimento a respeito do ensinar fora do ambiente escolar, é necessário que haja uma contextualização entre a teoria e prática em que será inserido, pois como citado acima, essa imersão por si só não assegura o conhecimento.

Analisando a matriz curricular, observa-se uma disciplina presente tanto no 6º, como no 7º período, denominada “Gestão Educacional na Organização escolar e não escolar I e II”, e mesmo sendo apenas uma disciplina teórica que faz menção ao ensino não escolar, já possibilita mesmo que de forma breve, que o educando tenha

conhecimento de que há outras possibilidades além do ensino formal e cabe a ele o aprofundamento do assunto.

Desta forma, é possível dizer que o curso de licenciatura em Pedagogia da UniEVANGÉLICA tem o seu enfoque em formar professores que atuem na rede formal de ensino, mas também vê a importância em formar um profissional polivalente que atue em diversos espaços em que sejam necessários seus conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender se a formação inicial do pedagogo contempla as especificidades da educação não formal, inicialmente caracterizando as áreas de atuação deste profissional e demonstrando seus espaços de atuação formais, informais e não formais. Conseguimos notar a diversidade de áreas possíveis para atuação do pedagogo indo muito além de espaços escolares e formais de ensino, destacando também como é importante sua atuação em qualquer espaço em que esteja inserido.

Essa ampliação do trabalho do pedagogo se deu através de muita discussão em âmbitos educacionais e políticos. Na Resolução 01/2006 ficou definido que o pedagogo poderá atuar em espaços formais e não formais, em diversos níveis e modalidades educativas. Porém, mesmo após décadas de discussão, não temos nenhuma base curricular a ser seguida, apenas uma estruturação curricular dividida em três núcleos deixando a critério de cada Instituição de Ensino Superior a criação de seu próprio currículo.

Na análise da estrutura curricular do curso de pedagogia do Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA foi possível identificar em suas diretrizes conteúdos que adentram o ensino não formal, são duas disciplinas presentes nos 6º e 7º período. Além dessas disciplinas, a instituição demonstra em seus objetivos que compreende a importância de transmitir ao aluno conhecimentos para que eles possam atuar muito além dos muros escolares.

Com base nos estudos realizados, é possível identificar que cada vez mais os órgãos do Ministério da Educação, e até mesmo as próprias instituições de ensino, estão voltando o olhar para importância que tem o curso de Pedagogia dentro da sociedade,

porém falta avançar ainda mais, não temos uma garantia de que todas as IES estão tratando da multiplicidade de áreas em que este profissional poderá atuar, o que é prejudicial a muitos pedagogos que irão sair dessas instituições com um conhecimento limitado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela Da S; BRZEZINSKI, Iria; FREITAS, Helena Costa L; SILVA, Marcelo Soares Pereira Da; PINO, Ivany Rodrigues. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no: Disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 819-842, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

BIESDORF, R. K.O papel da educação formal e informal: Educação na escola e na sociedade. **Itinerarius Reflectionis**. Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/rir.v1i10.1148>>. Acesso em 25 de agosto de 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

BRUNO, Ana. Educação formal, não formal e informal: da triologia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. **Revista online da Escola do Instituto Politécnico de Setúbal**. Setúbal, V.2, nº 2, p.12, 2014. Disponível em: <<http://mediacoes.esse.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/68>>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

CAGLIARI, Vanessa. **Pedagogo pode atuar em diversas áreas do mercado de trabalho**. Unidbsco, grupo Seb, 2019. Disponível em: <<https://www.domboscoead.com.br/pos-graduacao/noticias/pedagogo-pode-atuar-em-diversas-areas-do-mercado-de-trabalho/221>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachin. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. **Ciência em tela**. V.7, nº 2, p.3, 2014. Disponível em: <<http://www.cienciaemtela.nutes.ufrrj.br/artigos/0702enf.pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

CRESPI, Livia; NÓBILE, Márcia Finimundi. Trajetória histórica do curso de graduação em Pedagogia: principais documentos legais e contexto atual da oferta no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 2, p. 319-335, maio/ago. Porto Alegre-RS,2018. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2309>>. Acesso em: 27 de outubro de 2020.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/05.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

FREITAS, Helena Costa Lopes De. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12928.pdf>>. Acesso em 06 de setembro de 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social — atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/9299-Texto%20do%20artigo-39614-1-10-20120328%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/9299-Texto%20do%20artigo-39614-1-10-20120328%20(2).pdf)>. Acesso em: 16 de agosto de 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação - IIª Série**, Número 1, Portugal, 2014. Disponível em: <<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/about/contact>>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n.17, p.153-176, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

LOPES, Ana Claudia Fernandes; LEANDRO, Emily Francisco; BOMFIM, Ashylei Capaci; DIAS, Amanda Larissa. **Educere**. A educação não formal: Um espaço alternativo da educação. Londrina, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25198_12669.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

LUCINDO, Nilzilene Imaculada; RIBEIRO, Macilene Vilma Gonçalves. Formação do pedagogo para atuar em espaços não escolares: percepções e perspectivas do estudante de pedagogia. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 3, p. 105-131 set/dez 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.26843/ae19828632v12n32019p105a131>>. Acesso em: 08 de setembro de 2020.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino- pesquisa- extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. Unesp- Universidade Estadual Paulista. São Paulo. Disponível em:

<file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/Martins_-_Ensino_-_Pesquisa_-_Extensa771o%20(1).pdf>. Acesso em: 10 de Novembro de 2020.

NASCIMENTO, Aretha Soares; FERNANDES, Fabíola Tunala; FERREIRA, Marta Justo; PAIVA, Renata Aparecida; LISBOA, Rosimar Rodrigues de; MACIEL, Rubiane Soares; MUNERON, Selma Luiza. A atuação do pedagogo em espaços não escolares: desafios e possibilidades. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 1, p. 1-103, fev./jun. Minas Gerais, 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4481>>.

Acesso em: 25 de outubro de 2020.

UniEVANGÉLICA. PPC- Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia.. Anápolis, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: O espaço da educação na universidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/06.pdf>>. Acesso em: 11 de outubro de 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v6, n10, p.117-24, São Paulo, 2002.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141432832002000100015&script=sci_abstract&tling=pt>. Acesso em: 05 de novembro de 2020.

VIEIRA, Valéria; BIANCONI, M. Lucia; DIAS, Monique. Espaços não-formais de ensino e o currículo de ciências. **Ciência e Cultura**, vol.57 n.4 São Paulo, Out./Dez. 2005. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000400014>. Acesso em: 25 de agosto de 2020